Reinhart Koselleck

FUTURO PASSADO

Contribuição à semântica dos tempos históricos

CONTRAPONTO

Faleceu em fevereiro de 2006, aos 82 anos de idade, Reinhart Koselleck, um dos mais eruditos historiadores contemporâneos, principal construtor da história dos conceitos [*Begriffsgeschichte*]. A Contraponto já havia editado *Crítica e crise*, sua tese de doutoramento. Agora, junto com a Editora PUC-Rio, apresenta a primeira edição, em língua portuguesa, desta coletânea de obras-primas que formam, em conjunto, uma notável reflexão sobre o tempo histórico.

A combinação do espaço de experiências e do horizonte de expectativas de uma coletividade humana suscita a construção cultural de uma idéia específica de tempo, diferente do tempo da natureza. A história, pois, deve ser apreendida em sua própria historicidade. Koselleck rastreia principalmente o surgimento do conceito moderno de história, para ele a mais importante inovação conceitual da modernidade.

Até meados do século XVIII, o termo história (em alemão, *Historie*) era sempre usado no plural para designar narrativas particulares, descosidas entre si: a história da Guerra do Peloponeso, a história de Florença, a história da Igreja. A função dessas narrativas era prover exemplos de vida a serem seguidos pelos contemporâneos. O Iluminismo altera essa relação do homem com o tempo. No lugar da *Historie*, entra a *Geschichte*, termo da língua alemã que designa uma seqüência unificada de eventos que, vistos como um todo, constituem a marcha da humanidade.

Toda a humanidade inclui-se agora em um único processo temporal, que contém em si a sua própria narrativa. A história torna-se o seu próprio objeto. Abre-se o caminho para a criação da filosofia da história, que pretende apreender o passado, o presente e o futuro como uma totalidade dotada de sentido. A história deixa de ser a mestra da vida. É da construção de um futuro planejado que agora se trata. Nas sociedades modernas do Ocidente, o espaço de experiências do passado e o horizonte de expectativas de futuro se disso-

ciam, e o conceito de progresso faz sua entrada triunfal na cultura dominante.

Como diz Marcelo Jasmin na apresentação desta edição: "Se as histórias (no plural) guardavam a sabedoria acumulada pelos exemplos do passado para servir de guia à conduta presente, evitando a repetição dos erros e estimulando a reprodução do sucesso, a História (como um singular coletivo) tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, obrigando toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura (...). Não se trata tão-somente de uma alteração nos significados tradicionais, mas de uma verdadeira revolução nas maneiras de se conceber a vida em geral, de imaginar o que nela é possível ou não, assim como o que dela se deve esperar. É este um dos sentidos em que a história conceitual de Reinhart Koselleck vai além da pesquisa etimológica ou filológica do conceito. Ela é uma pesquisa da consciência humana no seu enfrentamento com as condições de possibilidade da existência, daquilo que se é, e daquilo que se pode vir a ser."

É da gênese – e dos limites – da modernidade que estamos tratando neste livro fundamental.

Reinhart Koselleck nasceu em Gorlitz, Alemanha, em 23 de abril de 1923. Terminou seu doutoramento em 1954, apresentando a tese *Crítica e crise.* Sua obra dedicou-se, antes de tudo, a investigar a teoria da história e os principais aspectos da história moderna e contemporânea. Foi professor nas universidades de Bochum, Heidelberg e Bielefeld. Foi co-autor do monumental *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon der politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, um dicionário histórico dos conceitos político-sociais fundamentais da língua alemã, em nove volumes, publicados entre 1972 e 1997, que teve como principal objetivo conhecer "a dissolução do mundo antigo e o surgimento do moderno por meio de sua apreensão conceitual".

FUTURO PASSADO

PUC
RIO

Reinhart Koselleck

FUTURO PASSADO

Contribuição à semântica dos tempos históricos

TRADUÇÃO DO ORIGINAL ALEMÃO

Wilma Patrícia Maas

Carlos Almeida Pereira

REVISÃO DA TRADUÇÃO

César Benjamin

CONTRAPONTO

Contraponto Editora Ltda.
Caixa Postal 56066
Rio de Janeiro – RJ – CEP 22292-970
Telefax: (21) 2544-0206 / 2215-6148
Site: www.contrapontoeditora.com.br
E-mail: contrapontoeditora@gmail.com

Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Projeto Comunicar
Praça Alceu Amoroso Lima, casa V
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22453-900
Telefax: (21) 3527-1838 / 3527-1760
Site: www.puc-rio.br/editorapucrio
E-mail: edpucrio@vrc.puc-rio.br

Capa e projeto gráfico
Regina Ferraz

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

K88f Koselleck, Reinhart, 1923-2006
Futuro passado : contribuição à semântica dos tempos históricos / Reinhart Koselleck ; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira ; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.
368p. ; 23 cm
Tradução de: Vergangene Zukunft
ISBN 85-85910-83-6
1. História - Filosofia. 2. História - Periodização. 3. Historiografia. I. Título.

CDD 901
06-2275 CDU 930.1

Para Felicitas Koselleck

SUMÁRIO

CAPÍTULO 2

Historia Magistra Vitae

Sobre a dissolução do topos *na história moderna em movimento*

There is a history in all men's lives,
Figuring the nature of the times deceased;
The which observed, a man may prophesy,
With a near aim, of the main chance of things
As yet not come to life, which in their seeds
And weak beginnings lie intreasured. *

Shakespeare

Friedrich von Raumer, conhecido como o historiógrafo dos Hohenstaufen, relata-nos o seguinte episódio do ano de 1811, quando ainda era secretário de Hardenberg:

> Durante uma reunião em Charlottenburg, Oelssen [chefe de departamento no Ministério das Finanças] defendia vivamente a impressão de grande quantidade de papel-moeda para pagar dívidas. Uma vez esgotados os argumentos contrários, eu (conhecendo meu homem) disse com demasiada ousadia: "Mas senhor Conselheiro Privado, o senhor certamente se lembra que já Tucídides falava do mal que sucedeu quando, em Atenas, decidiu-se imprimir papel-moeda em grande quantidade." "Essa é uma experiência de grande importância", ele retrucou em tom conciliador, deixando-se assim convencer, para manter a aparência de erudição.[1]

No calor dos debates sobre o saneamento das dívidas da Prússia, Raumer arrisca uma mentira: sabia que os antigos jamais conheceram papel-moeda. Usou a mentira — recorrendo de maneira retórica à erudição de seu oponente — porque podia calcular o efeito dela. Esse efeito nada mais é do que a afirmação do velho *topos* de que a história é a mestra da vida. O conselheiro apega-se a essa fórmula, e não a um argumento objetivo: *Historia magistra vitae.*

---

* "Na vida dos mortais há sempre um fato / que é símbolo dos tempos decorridos. / Observando-o, podemos ser profetas, / quase sem erro, do volver das coisas / não nascidas que, ainda entesouradas, / acham-se nos fracos germes e começos. / Tais coisas o ovo e o fruto são do tempo." William Shakespeare, *Henrique* IV, Parte II (Ato III, cena 1) (Tradução de Carlos Alberto Nunes, *Teatro completo de Shakespeare – Dramas históricos*, Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.).

"No que se refere àquilo que nós mesmos não podemos vivenciar, devemos recorrer à experiência de outros", encontramos na *Grande enciclopédia universal* de Zedler, em 1735.[2] Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos.[3] Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros.

Que ensinamentos podemos retirar do episódio de Charlottenburg, para aplicarmos o *topos* ao nosso exemplo? Graças à sua arte de argumentação, Raumer adverte o colega, em um espaço de experiência supostamente contínuo, sobre o qual ele mesmo já se posicionara de forma irônica. A cena reafirma o papel da história como mestra da vida, comprovando ao mesmo tempo o quanto esse papel se tornara questionável.

Antes de abordarmos a questão sobre o quanto esse velho *topos* já se teria diluído na história em movimento que caracteriza a época moderna, é preciso lançar um olhar sobre a questão de sua duração. Esta perdura quase ilesa até o século XVIII. Falta-nos, ainda hoje, uma descrição de todas as transformações filológicas e semânticas por meio das quais a expressão "história" [*Historie*] foi conceitualizada. Da mesma forma, falta-nos também uma história da expressão *historia magistra vitae*. Ela orientou, ao longo dos séculos, a maneira como os historiadores compreenderam o seu objeto, ou até mesmo a sua produção. Embora tenha conservado sua forma verbal, o valor semântico de nossa fórmula variou consideravelmente ao longo do tempo. Não raro, a própria historiografia desabonou o *topos* como fórmula cega, cujo alcance limitava-se aos prefácios das obras. Dessa maneira, torna-se ainda mais difícil esclarecer a diferença que sempre existiu entre o mero emprego do lugar comum e seu efeito prático. A despeito desses problemas, a longevidade de nosso *topos* já é bastante esclarecedora. Ela alude em primeiro lugar à flexibilidade da formulação, a qual permite, por sua vez, as mais diferentes conclusões sobre seu significado. Vejamos o caso em que dois contemporâneos tomaram as histórias [*die Historien*] como *exempla*: o objetivo de Montaigne era mais ou menos o oposto daquilo que Bodin pretendia demonstrar. A um, as histórias mostravam-se capazes de romper qualquer generalização; a outro, elas ajudavam a encontrar regras gerais.[4] Para ambos, entretanto, as histórias eram fonte de exemplos para a vida.

O uso é, portanto, formal; como mais tarde irá afirmar a máxima "tudo pode ser comprovado a partir da história".[5]

Qualquer que seja o ensinamento que subjaz à nossa fórmula, há algo que sua utilização indica de modo inegável. Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. Mas, da mesma forma, a perpetuação de nosso *topos* aludia a uma constância efetiva das premissas e pressupostos, fato que tornava possível uma semelhança potencial entre os eventos terrenos. E, quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos. A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível.

I.

Cícero, referindo-se a modelos helenísticos,[6] cunhou o emprego da expressão *historia magistra vitae*. A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência. Além disso, o uso da expressão está associado a outras metáforas, que reescrevem as tarefas da história. *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur* [A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador].[7] A tarefa principal que Cícero atribui aqui à historiografia é especialmente dirigida à prática, sobre a qual o orador exerce sua influência. Ele se serve da história como coleção de exemplos — *plena exemplorum est historia* [a história é cheia de exemplos][8] — a fim de que seja possível instruir por meio dela. Faz isso, sem dúvida, de forma ainda mais vigorosa do que o fez Tucídides, ao chamar a aten-

ção para o proveito que emanava de sua obra, quando legou para sempre sua história como patrimônio, como um bem inextingüível, para que se pudessem reconhecer os futuros casos semelhantes.

O círculo de influência de Cícero perdura até a experiência histórica cristã. O *corpus* de sua obra filosófica não raro foi catalogado, nas bibliotecas dos mosteiros, como coletânea de exemplos, sendo amplamente disseminado.[9] Como se vê, a possibilidade de se interpretar a expressão ao pé da letra sempre esteve presente, mesmo que a autoridade da Bíblia e dos Pais da Igreja suscitasse no início uma certa resistência contra a *historia magistra* pagã. Em seu difundido compêndio etimológico, Isidoro de Sevilha fez uso constante do tratado *De oratore*, de Cícero, mas a expressão *historia magistra vitae*, especificamente, foi suprimida de suas definições de história. Ele criou não pouca dificuldade aos apologetas do cristianismo, ao transmitir como exemplares os eventos da história profana, ou mesmo da história pagã.[10] Declarar uma história desse tipo, cheia de maus exemplos, como mestra da vida vai além dos poderes de transmutação da historiografia da Igreja. Ao mesmo tempo Isidoro concede — se bem que algo disfarçadamente — uma influência educativa à história pagã.[11] A história profana foi considerada legítima também por Beda, uma vez que, para ele, também ela era capaz de fornecer exemplos, fossem repulsivos ou dignos de serem imitados.[12] Muito influentes, ambos os clérigos contribuíram para que também o motivo das máximas profanas conservasse um lugar, ainda que subalterno, ao lado da história que era legitimada por seu conteúdo religioso.

Também Melanchton fez uso dessa dupla via, uma vez que tanto os exemplos oriundos das histórias bíblicas quanto das histórias pagãs são fontes para as transformações seculares, pois ambos, ainda que de maneiras diferentes, remetem aos preceitos divinos.[13] A concepção herdada da Antigüidade a respeito da utilidade da historiografia permaneceu associada à experiência histórica cristã que se recortava sobre o horizonte das profecias de salvação eterna. Da mesma forma, o esquema linear das conjeturas bíblicas e de suas concretizações não ultrapassou — até Bossuet — os limites dentro dos quais é possível deixar-se instruir para o futuro a partir do passado.

Com o desaparecimento das profecias apocalípticas, a velha história como mestra impõe-se mais uma vez com grande vigor. Maquiavel, por meio de sua exortação segundo a qual se deve não apenas admirar os antigos, mas também imitá-los,[14] fortalece o princípio da história como

fonte de proveito, ao reunir em uma nova unidade o pensamento exemplar e o empírico. No *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* [Um método para conhecer facilmente a história], Bodin reserva ao *topos* de Cícero um lugar privilegiado. Cícero faz referência às leis sagradas da história, por força das quais os homens conhecem o seu presente e são capazes de iluminar o futuro, e isso não de forma teológica, mas sim de um ponto de vista político prático.[15] Seria cansativo enumerar a contínua repetição[16] ou a ornamentação barroca[17] desse princípio até os iluministas tardios, como Mably.[18] Versões variadas de nosso *topos*, desde formas patéticas como *futurorum magistra temporum* [mestra dos tempos futuros][19] até algumas descuidadas instruções sobre imitação, podem ser encontradas facilmente em meio a histórias e historiadores.

É assim que Lengnich, um historiador de Danzig, escreve que a historiografia nos apresenta "tudo aquilo que poderia ser usado de novo em uma oportunidade semelhante".[20] Ou então, para tomarmos o exemplo de um homem ainda um pouco menos conhecido, o tenente-general Freiherrn von Hardenberg: ele adverte ao preceptor de seu filho famoso* que não se deixe prender, pura e simplesmente, aos fatos:

> Todas as ações, passadas e presentes, assemelham-se entre si e sua ciência é em grande parte dispensável, mas podem tornar-se de grande proveito quando esse esqueleto for recoberto da carnação correspondente, de modo que se possa então mostrar à juventude qual foi o impulso para uma tal transformação, assim como os meios pelos quais este ou aquele fim foi alcançado, ou então, os motivos pelos quais ele não teria sido alcançado; dessa maneira, prega-se antes ao entendimento do que à memória; a história torna-se mais agradável e mais interessante para o discípulo, de forma que se pode instruí-lo de maneira quase imperceptível tanto na inteligência dos negócios privados quanto na do Estado, assim como nas *artes belli ac pacis* [artes da guerra e da paz].[21]

Esse último testemunho, prestado por um pai preocupado com a educação correta de seu filho, é significativo porque nele as expectativas pedagógicas de uma época esclarecida conjugam-se com a tarefa tradicional da história.

Malgrado a autopropaganda historiográfica, não se pode subestimar o caráter instrutivo prático da literatura histórica e política do início da época moderna.[22] Os negócios jurídicos dependiam de deduções histó-

---

* Freiherrn von Hardenberg era pai do poeta Novalis. [N.R.]

ricas; ao caráter relativamente perene então atribuído ao Direito correspondia um certo tipo de história associada a uma natureza que não se modificava, assim como à sua própria repetição. O progressivo refinamento da política da época espelhava-se no caráter reflexivo da literatura memorialística e nos relatos das embaixadas. A par disso, a política permaneceu atada à administração estatal e às estatísticas, isto é, a uma história do espaço. Frederico o Grande, em suas memórias [*Denkwürdigkeiten*], refere-se a uma expressão legada pela tradição quando afirma repetidas vezes que a história é a escola dos governantes, desde Tucídides até Commynes, Cardeal Retz ou Colbert. Ele acredita ter aprimorado sua capacidade combinatória graças à contínua comparação entre casos anteriores. Por fim, com o intuito de esclarecer, mas não de desculpar, sua "política amoral", ele se vale dos inúmeros exemplos por força dos quais as regras das razões de Estado o teriam guiado em direção a seus atos políticos.[23]

Sem dúvida, estão mescladas auto-ironia e resignação, quando o velho Frederico afirma que as cenas da história universal se repetem, sendo necessário apenas mudar os nomes.[24] É possível entrever nesse provérbio até mesmo a secularização do pensamento imagético; é certo que a tese da capacidade de repetição e, com isso, do caráter instrutivo da experiência histórica permanece um momento dessa experiência. O prognóstico de Frederico sobre a Revolução Francesa é um testemunho disso.[25] No espaço delimitado pelos principados europeus, com seus corpos estatais e ordens estamentais, o papel magistral da história era ao mesmo tempo garantia e sintoma da continuidade que encerrava em si, ao mesmo tempo, passado e futuro.

É certo que havia também oposição à máxima segundo a qual era possível aprender a partir da história. Seja para Guicciardini, o qual — assim como Aristóteles — considerava o futuro sempre como incerto, destituindo assim o conteúdo antecipatório da história.[26] Seja para Gracián, que, a partir de uma concepção baseada na circularidade do pensamento, defendia a capacidade de previsão dos acontecimentos, a qual, no entanto, considerava supérflua e sem sentido, por conta da fugacidade que lhe é inerente.[27] Seja para o próprio Frederico II, já em idade avançada, que termina suas memórias sobre a Guerra dos Sete Anos questionando todos os exemplos do caráter instrutivo da história: "Pois é característico do espírito humano que ninguém possa ser melhorado por

meio de exemplos. As tolices dos pais estão perdidas para os filhos; cada geração tem que cometer as suas próprias."[28]

No entanto, o ceticismo básico do qual se nutriam tais pontos de vista não foi suficiente para destruir o conteúdo de verdade próprio a nossa fórmula, pois esta tinha suas raízes plantadas no mesmo campo da experiência do qual se originaram esses pontos de vista. Mesmo que não se possa aprender nada a partir da história, resta no fim uma certeza adquirida a partir da experiência, um ensinamento histórico, que pode tornar mais inteligentes e mais espertos aqueles que o conhecem, ou, para falarmos com Buckhardt,[29] mais sábios.

Os eventos inauditos, por sua vez, são tão pouco eficazes no sentido de apagar da face da Terra os eventos que se repetem de forma sempre igual, que justamente por isso não podem ser compreendidos como inauditos. "O que desaparece é o determinado, ou a diferença, a qual, seja como for e qualquer que seja sua origem, constitui-se como mais fixa e menos imutável."[30] A vertente cética que se pôde articular também no Iluminismo [*Aufklärung*], sob os pressupostos da similitude eterna, não foi capaz de questionar de fato o nosso *topos*. Entretanto, o sentido do *topos* foi, ao mesmo tempo, esvaziado. Se a velha história [*Historie*] foi arrancada de sua cátedra, e, certamente, não apenas pelos iluministas, a quem tanto aprazia servir-se de seus ensinamentos, isso aconteceu na esteira de um movimento que organizou de maneira nova a relação entre passado e futuro. Foi finalmente "a história em si" [*die Geschichte selbst*] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [*Geschichte*] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo.

É preciso agora investigar esses procedimentos, em pontos sintomáticos da transformação de nosso *topos*.

II.

Tomemos uma frase de Tocqueville para caracterizar o advento de um novo tempo que se inicia. Tocqueville, que em toda a sua obra mantém-se atento à experiência do surgimento da modernidade como uma ruptura com a temporalidade anterior, disse: "Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, o espírito humano erra nas trevas."[31] A formulação de Tocqueville refere-se a uma censura da experiência da tradi-

ção. Atrás dela oculta-se um processo bastante complexo, que seguia sua trajetória ora de maneira invisível, lenta e sorrateira, ora repentina e abruptamente, e que por fim foi acelerado conscientemente.

A história dos conceitos [*Begriffsgeschichte*], da maneira como vem sendo praticada aqui, serve como porta de acesso para capturar esses processos. Ao fazê-lo, evidencia-se a maneira como, apesar das continuidades, nosso *topos* se desfaz em meio a diferentes sentidos que se deslocam uns aos outros. Sobretudo a partir de então, o *topos* adquire sua própria história, uma história que subtrai sua verdade.

Em primeiro lugar, realiza-se no espaço da língua alemã (para começarmos com ele), um deslocamento lexical que esvazia o sentido do velho *topos*, ou que, ao menos, acelera o esvaziamento de seu sentido. A palavra estrangeira que o léxico nacional tomou de empréstimo, "*Historie*", que significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido, designando especialmente as ciências históricas, foi sendo visivelmente preterida em favor da palavra "*Geschichte*". O abandono do termo "*Historie*" e o subseqüente emprego de "*Geschichte*" completou-se por volta de 1750 com uma veemência que pode ser estatisticamente comprovada.[32] "*Geschichte*" significou originalmente o acontecimento em si ou, respectivamente, uma série de ações cometidas ou sofridas. A expressão alude antes ao acontecimento [*Geschehen*] em si do que a seu relato. No entanto, já há muito tempo "*Geschichte*" vem designando também o relato, assim como "*Historie*" designa também o acontecimento.[33] Um empresta seu colorido ao outro. Porém, por meio dessa delimitação recíproca — que Niebuhr, sem sucesso, quis recuperar — construiu-se, no espaço da língua alemã, um problema peculiar. O termo "*Geschichte*" fortaleceu-se, ao passo que "*Historie*" foi excluído do uso geral. Enquanto o sentido do acontecimento [*Ereignis*] e da representação confluíam no termo "*Geschichte*", preparava-se, no âmbito lingüístico, a revolução transcendental, que conduziu à filosofia da história própria do Idealismo. A compreensão da "*Geschichte*" como um conjunto de ações coincidentes remete a essa revolução. A fórmula de Droysen, segundo a qual a história [*Geschichte*] nada mais é senão o conhecimento de si própria, é o resultado desse desenvolvimento.[34] A convergência desse duplo significado alterou por sua vez o significado de uma história como *vitae magistra*.

A história [*Geschichte*] como acontecimento [*Begebenheit*] único ou como complexo de acontecimentos [*Ereigniszusammenhang*] não seria

capaz de instruir da mesma forma que uma história [*Historie*] compreendida como relato exemplar. As fronteiras eruditas entre retórica, história e moral foram desconsideradas, e o uso alemão do termo "*Geschichte*" extraiu, dessa maneira, novas qualidades de experiência a partir da velha fórmula. Para Luden, por exemplo, a arte consistia em transferir o ônus da prova dos ensinamentos a partir da história aos próprios acontecimentos históricos. Para ele, segundo escreveu em 1811, "é a própria história [*Geschichte*] que fala (...). Cabe a cada um aproveitar ou desprezar seus ensinamentos."[35] A história [*Geschichte*] adquire então uma nova dimensão que escapa à narratividade dos relatos, ao mesmo tempo que se torna impossível capturá-la nas afirmações que se fazem sobre ela. Se a história [*Geschichte*] só pode expressar a si mesma, prepara-se então o próximo passo, que banalizou totalmente essa fórmula, transformando-a em invólucro tautológico. "A partir da história [*Geschichte*] só se pode aprender a própria história", formulou sarcasticamente Radowitz, empregando a expressão de Hegel contra ele próprio.[36] Essa conseqüência de caráter verbal não foi o único desdobramento que se originou — não por acaso — a partir da linguagem. Um adversário político de nossa testemunha atribui à velha fórmula um significado novo e imediato, utilizando o sentido duplo do termo alemão: "A verdadeira mestra é a história em si [*die Geschichte selbst*], e não a história escrita [*die geschriebene*]."[37] A história [*Geschichte*] só é capaz de instruir à medida que se renuncia à história [*Historie*] escrita. Todas as três variantes contribuíram para delimitar um novo espaço de experiência, à medida que a velha "*Historie*" teve que renunciar à sua pretensão de ser *magistra vitae*. Sobrevivendo a si mesma, ela perdeu essa pretensão para a *Geschichte*. Isso nos leva a um segundo ponto de vista. Até agora, vimos falando sem distinção da história, de uma "história em si" [*Geschichte selbst*] no singular puro e simples, sem um sujeito ou um objeto complementar. Esse emprego peculiar, hoje bastante corrente entre nós, também surgiu na segunda metade do século XVIII. À medida que a expressão "*Geschichte*" tomou o lugar de "*Historie*", também o termo *Geschichte* adquiriu um outro caráter. A fim de enfatizar o novo significado, falou-se em primeiro lugar, preferencialmente, da história [*Geschichte*] em si e para si, da história pura e simplesmente — ou seja, da história. "Acima das histórias está a história", resumiu posteriormente Droysen esse processo.[38]

Essa concentração lingüística em um único conceito desde cerca de 1770 não pode ser menosprezada. No período que se seguiu aos aconte-

cimentos da Revolução Francesa, a história tornou-se ela própria um sujeito, ao qual foram designados atributos divinos como "todo-poderosa", "justa", "equânime" e "sacra". O "trabalho da história", para usarmos as palavras de Hegel, é uma espécie de agente que domina os homens e fragmenta sua identidade natural. Também aqui a língua alemã fez o seu trabalho. A significação plena e o antigo ineditismo da palavra *Geschichte* diziam respeito exatamente ao fato de se tratar de um coletivo singular. Até a metade do século XVIII a expressão "*die Geschichte*" regia, na maior parte das vezes, plural. Para tomarmos um exemplo típico do ano 1748, retirado da *Enciclopédia universal das artes e das ciências*,[39] de Jablonski: "História é um espelho do vício e da virtude, no qual é possível aprender, pela experiência alheia, o que se deve ou não se deve fazer. História é um monumento aos maus atos, assim como aos atos louváveis." Ouvimos aqui a definição tradicional, e é exatamente isso que lhe é característico: ela está ligada a uma diversidade de histórias particulares tradicionais, da mesma forma como Bodin escrevera seu *methodus* para reconhecer melhor as *historiarum*, as histórias [*Geschichten*] no plural.

No âmbito da língua alemã, portanto, "*die Geschichte*" e "*die Geschichten*" — derivadas das formas singulares "*das Geschichte*" e "*die Geschicht*"[40] — eram formas plurais, capazes de aludir a um número correspondente de exemplos individuais. É interessante acompanhar o processo pelo qual a forma plural "*die Geschichte*", de maneira imperceptível e inconsciente, e por fim com a ajuda de diferentes reflexões teóricas, condensou-se no coletivo singular. O primeiro registro lexical dessa forma data de 1775, feito por Adelung,[41] antecipando o desenvolvimento que se seguiria. Três anos depois, um resenhista da *Biblioteca universal alemã*[42] queixava-se do quanto a nova "*Geschichte*" já tinha se disseminado como conceito-chave, destituída de qualquer significado narrativo ou exemplar: "A palavra da moda, '*Geschichte*', é um mau uso formal da linguagem, uma vez que na obra [de Flögel, objeto da resenha] as narrativas [*Erzählungen*] aparecem, no melhor dos casos, apenas nos exemplos."

A ocorrência dessa história [*Geschichte*], ao mesmo tempo criticada e ressaltada, que se distanciava de qualquer caráter exemplar digno de ser repetido, foi também um resultado da transposição das fronteiras entre história e poética. Passou-se progressivamente a exigir unidade épica também da narrativa histórica.[43] Os fatos do passado puderam ser traduzidos para a realidade histórica apenas por seu trânsito pela consciên-

cia, o que se pode entender como uma conseqüência da querela sobre o pirronismo.[44] * Como disse Chladenius: a história só pode ser reproduzida por meio de "imagens rejuvenescidas".[45] Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz — em lugar de seqüências cronológicas — os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna. A história submete-se, dessa forma, às mesmas exigências às quais se submetia a poética. A história chegou à exigência de um conteúdo mais intenso de realidade muito antes de poder satisfazer a essa mesma exigência. Ela continuou a ser um exemplo de moral, mas, no momento em que esse papel foi desvalorizado, deslocou-se a ênfase nos *res factae* em direção aos *res fictiae*. Um critério bastante preciso para o reconhecimento da disseminação dessa nova consciência da realidade histórica é o fato de que também contos, novelas e romances passaram a ser editados com o subtítulo "*histoire véritable*" [história verdadeira].[46] Com isso eles compartilham, com a história real, de uma elevada exigência de verdade, de um conteúdo de verdade do qual a história [*Historie*] vinha sendo privada desde Aristóteles até Lessing.[47] Dessa forma, as demandas peculiares à história e à poética delimitaram-se uma a outra, atuando de maneira recíproca a fim de trazer à luz o sentido imanente de "*Geschichte*".

Leibniz, que ainda compreendia a historiografia e a poesia como gêneros didáticos e moralizantes, foi capaz de entender a história da humanidade como um romance escrito por Deus, cujo início estava contido na Criação.[48] Kant retomou essa idéia ao entender "romance" em um sentido metafórico, a fim de permitir que se manifestasse a unidade natural da história geral [*allgemeine Geschichte*]. Em uma época em que a história universal [*Universalhistorie*], que compreendia uma soma de histórias particulares, transformava-se na história do mundo [*Weltgeschichte*], Kant procurou o fio condutor que pudesse transformar aquele "agregado" desordenado de ações humanas em um "sistema" racional.[49] Está claro que apenas o aspecto coletivo singular da história [*Geschichte*] seria capaz de expressar tais concepções, quer se tratando de história do mundo [*Weltgeschichte*] ou de uma história particular. Dessa forma, Nie-

* Nome dado a partir de Pirro de Elis (*c.* 375-270 a.C.) para denominar uma escola cética que ataca as estratégias cognitivas, argumentando que nenhuma delas pode ser defendida. [N.R.]

buhr anuncia sua *História da época da Revolução Francesa* sob esse título porque apenas a Revolução teria sido capaz de atribuir "unidade épica ao todo".[50] Somente a história compreendida como sistema possibilita a existência de uma unidade épica, capaz de trazer à luz e ao mesmo tempo de consolidar suas relações internas.

Humboldt vai finalmente resolver a disputa centenária entre história e poética ao deduzir a singularidade da "história acima de tudo" [*Geschichte überhaupt*] a partir de sua própria estrutura formal. Dando continuidade ao pensamento de Herder, Humboldt introduziu as categorias da força e do direcionamento, que necessariamente escapam das circunstâncias que lhe são anteriores. Com isso, Humboldt nega qualquer pressuposição ingênua quanto ao caráter modelar dos exemplos do passado, extraindo a seguinte conclusão geral: "O historiógrafo digno desse nome deve representar cada singularidade como parte de um Todo, o que significa que ele deve também representar em cada uma dessas partes singulares a própria forma da história."[51] Com isso, Humboldt acaba por reelaborar um critério da representação épica em categoria histórica.

A idéia do coletivo singular possibilitou outro avanço. Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar agindo. O advento da idéia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e lingüístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental: das liberdades fez-se a Liberdade, das justiças fez-se a Justiça, dos progressos o Progresso, das muitas revoluções "*La Révolution*". No que se refere à França, pode-se acrescentar que o lugar central que o pensamento ocidental atribuiu à Grande Revolução, em sua singularidade, transferiu-se para a história, no âmbito da língua alemã.

Foi a Revolução Francesa que colocou em evidência o conceito de história [*Geschichte*] da escola alemã. Tanto uma quanto o outro foram responsáveis pela erosão dos modelos do passado, embora aparentemente os estivessem acolhendo. Johannes von Müller, seguindo o caráter pragmático dos ensinamentos de seus mestres em Göttingen, escreve em 1796: "O que se pode encontrar na história não é tanto instruções sobre o que

se deve fazer em uma situação determinada (as circunstâncias modificam tudo de maneira dramática), mas sim as conseqüências e resultados gerais das épocas e das nações." Tudo no mundo tem seu tempo e seu lugar, e seria preciso cumprir adequadamente as tarefas delegadas pelo destino."[52] Um tal deslocamento de sentido, capaz de submeter a um conceito único de história [*Geschichte*] um conjunto de efeitos universais em seu caráter singular e inédito foi também uma das preocupações do jovem Ranke. Em 1824 ele escreve sua *História dos povos românicos e germânicos*, declarando que ali ele "tratava apenas de histórias [*Geschichten*], e não da história [*Geschichte*]". Entretanto, o caráter singular e inédito da história permanece, para Ranke, indiscutível. Uma vez que o acontecimento [*Geschehen*] se mostra como conseqüência e produto do embate entre forças singulares e genuínas, extingue-se a possibilidade de aplicação imediata de modelos históricos. Como prosseguiu então Ranke: "Atribuiu-se à história a tarefa de apontar para o passado, de instruir o mundo contemporâneo para proveito da posteridade: o presente trabalho não aspira a uma tarefa tão elevada, pretendendo apenas mostrar como as coisas realmente aconteceram."[53] Ranke resignava-se cada vez mais ao âmbito do passado, tendo abandonado temporariamente essa resignação ao assumir o cargo de redator do *Historische-politische Zeitschrift* [Jornal histórico e político], quando recorreu ao velho *topos* da *Historia magistra vitae*.[54] Entretanto, o seu visível fracasso parece ter desabonado o recurso ao velho *topos*.

O fato de a perspectiva histórica ter renunciado à aplicação imediata de seus ensinamentos não se deve à natureza dessa perspectiva em si, a despeito da tradição desse uso, sobretudo nas historiografias fundadas no direito natural.[55] Mais do que isso, por trás da relativização de todos os acontecimentos que destruíram a *Historia magistrae* ocultou-se uma experiência de caráter geral, que dividiu também o campo de oposição dos progressistas. Isso nos leva a um terceiro ponto de vista. Não é por acaso que, nas mesmas décadas nas quais o conceito coletivo singular de história [*Geschichte*] começou a se impor, emergiu também o conceito de filosofia da história.[56] É esse o momento em que proliferaram as histórias conjeturais, hipotéticas ou presuntivas. Iselin, em 1764, Herder, em 1774, e Köster, em 1775, lançaram as bases de uma "filosofia da história para eruditos".[57] Ao fazê-lo, imitaram de certa maneira os procedimentos dos autores ocidentais, retomando literalmente ou reformulando, a partir da perspectiva da filologia histórica, os questionamentos propos-

tos pelos primeiros. Tiveram, entretanto, como perspectiva comum, a destruição da idéia do caráter modelar dos acontecimentos passados, para perseguir em lugar disso a singularidade dos processos históricos e a possibilidade de sua progressão. A constituição da história [*Geschichte*], no sentido que hoje nos é corrente, teve origem em um mesmo e único evento, tanto do ponto de vista histórico quanto lingüístico. O surgimento da filosofia da história está associado exatamente a esse processo. Aquele que utiliza a expressão filosofia da história, disse Köster, tem que se lembrar de que "não se trata de uma ciência particular, como se poderia facilmente acreditar à primeira vista. Pois onde quer que se trate de uma parte da história, ou mesmo de toda uma ciência histórica, trata-se de nada mais nada menos do que da própria história em si."[58] A história e a filosofia da história são conceitos complementares, que, por sua vez, impossibilitam que o ato de filosofar sobre a história tenha precedência. Essa perspectiva foi totalmente a pique no século XIX.[59]

A uniformidade potencial e a capacidade de repetição peculiar às histórias ligadas à natureza foram relegadas ao passado, a própria história foi reestruturada em forma de uma grandeza não natural, a respeito da qual não é mais possível filosofar como até então se fazia a respeito da Natureza. Natureza e história puderam desde então separar-se conceitualmente, e a prova disso é que exatamente nessas décadas o antigo ramo da *historia naturalis* foi excluído do complexo das ciências históricas, como se pode ler na *Enciclopédia* de Voltaire e, na Alemanha, em Adelung.[60]

Por trás dessa separação de caráter aparentemente científico e histórico, preparada por Vico, oculta-se com certeza a descoberta de um tempo especificamente histórico. Se quisermos dizer dessa maneira, trata-se de uma temporalização da história, que, a partir de então, se distancia da cronologia natural. Até o século XVIII, duas categorias do tempo natural asseguraram a seqüência e o cálculo dos eventos históricos: o movimento das estrelas e a seqüência natural de governantes e dinastias. Kant, entretanto, ao recusar qualquer marcação histórica a partir de datas astronômicas fixas e censurar o princípio hereditário como irracional, renuncia à cronologia tradicional como fio condutor analítico de coloração teológica. "Como se não fosse a cronologia que tem que se orientar pela história, mas sim, ao contrário, a história pela cronologia."[61] O estabelecimento de um tempo determinado exclusivamente

pela história foi obra da filosofia da história de então, muito antes que o historicismo fizesse uso desse conhecimento. O substrato natural desapareceu, e o progresso foi a primeira categoria na qual se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história. A filosofia, ao transpor para o progresso a história compreendida singularmente como um todo unitário, fez com que o nosso *topos* perdesse obrigatoriamente o sentido. Se a história se torna um evento único e singular da educação do gênero humano, então cada exemplo particular, advindo do passado, perderá força, necessariamente. Cada ensinamento particular conflui então no evento pedagógico geral. A perfídia da razão impede que o homem aprenda diretamente a partir da história, impelindo-o ao seu destino de forma indireta. Trata-se aqui da conseqüência progressiva que nos leva de Lessing a Hegel. "O que a experiência e a história nos ensinam é que os povos e os governos jamais aprenderam algo a partir da história, assim como jamais agiram segundo ensinamentos que delas fossem extraídos."[62] Ou então, nas palavras de um experiente contemporâneo de Hegel, o abade Rupert Kornmann: "É destino dos Estados, assim como do homem, tornar-se sábio apenas quando já passou a oportunidade de sê-lo."[63]

Por trás de ambas as afirmações está não apenas uma reflexão filosófica sobre a singularidade do tempo histórico, mas também, de forma direta, a veemente experiência da Revolução Francesa, que parecia ultrapassar e reorganizar toda a experiência anterior. O quanto esse novo tempo histórico fundamentava-se sobre a base constituída por tais experiências, mostra-o o ressurgimento da Revolução de 1820 na Espanha. Logo após a eclosão dos tumultos, Goethe inspirou o Conde Reichhard a uma reflexão que punha em evidência as perspectivas temporais: "O senhor tem toda razão, prezado amigo, naquilo que diz sobre a experiência. Para os indivíduos ela chega muito tarde, para os governos e povos ela não chega a existir. Isso se dá porque a experiência já vivida manifesta-se concentrada em um único foco, ao passo que aquela ainda por se concretizar estende-se ao longo de minutos, horas, dias, anos e séculos. Em conseqüência disso, aquilo que é semelhante nunca parece sê-lo, pois, no primeiro caso, vê-se apenas o todo, e no segundo, apenas partes isoladas."[64] Passado e futuro jamais coincidem, não apenas porque acontecimentos decorridos não podem se repetir. Mesmo se o fizessem, exatamente como no recrudescimento da Revolução de 1820 na Espanha, a história que vem ao nosso encontro escaparia à nossa capacidade de

apreensão da experiência. Uma experiência acabada é tanto completa quanto passada, ao passo que aquela que se realizará no futuro desfaz-se em uma infinidade de diferentes extensões temporais.

É o futuro do tempo histórico, e não seu passado, que torna dessemelhante o que é semelhante. Com isso, Reinhardt indicou, em sua temporalidade peculiar, o caráter processual da história moderna, cujo fim é imprevisível.

Isso nos leva a uma outra variante do *topos*, que se modificou nessa mesma direção. Integra a conjuntura da *Historia magistra* o fato de que o historiador não apenas instrua, mas também profira sentenças e juízos, sendo também obrigado a julgar. A história [*Historie*] iluminista entregou-se a essa tarefa com demasiada ênfase, tornando-se, segundo a *Enciclopédia*, um "*tribunal intègre et terrible*".[65] Quase clandestinamente, a historiografia, que — já desde a Antigüidade — proferia juízos, tornou-se uma história [*Historie*] que executava ela mesma os veredictos. A obra de Raynal, pagando seu tributo a Diderot, dá testemunhos disso. "A história do mundo como julgamento do mundo." A fórmula de Schiller, criada em 1784 e que rapidamente se expandiu, é despojada de qualquer nuança historiográfica. Tal fórmula almejava uma justiça imanente à história, justiça essa da qual fossem banidos todos os atos e fatos humanos. "Aquilo que se exclui no minuto imediato não pode ser recuperado nem em uma eternidade."[66]

A expressão, que veiculava a idéia de um tempo punitivo,[67] de um *Zeitgeist* ao qual era necessário submeter-se, rapidamente se expandiu na literatura jornalística. Seu uso fazia continuamente lembrar a inexorabilidade da escolha frente a qual a Revolução e a história põem o homem. Entretanto, a determinação resultante da filosofia da história, que compartilha seu sentido com a singularidade temporal da história, é apenas um lado do processo que fez cessar as condições de existência da "*historia magistra vitae*". De um lado aparentemente oposto veio um ataque não menos virulento.

Em quarto lugar, o iluminista conseqüente não tolerava qualquer inclinação para o passado. O objetivo declarado da *Enciclopédia* era reelaborar o passado o mais rapidamente possível, de forma que um novo futuro fosse inaugurado.[68] Antes conhecíamos exemplos, hoje conhecemos apenas regras, disse Diderot. "Julgar o que acontece agora", completava Sieyès, "segundo os critérios daquilo que já aconteceu, parece-me o mesmo que julgar o conhecido a partir do desconhecido."[69] Não deveríamos

temer abandonar a busca de algo na história que nos fosse adequado.[70] E logo os revolucionários forneceram, em um *Dictionaire*, as instruções segundo as quais não se deveria escrever mais nenhuma história, antes que a Constituição fosse terminada.[71] A capacidade de realização da *Geschichte* destronou a velha *Historie*, "pois, em um Estado como o nosso, fundado na vitória, não existe passado. [Tal Estado] é uma criação na qual, assim como na criação do mundo, tudo o que existe provém das mãos do criador e a partir daí, atingindo sua perfeição, passa a fazer parte da existência".[72] São palavras triunfantes de um sátrapa de Napoleão. Com isso, realiza-se a previsão de Kant, que provocativamente perguntara: "Como é possível uma história *a priori*? Resposta: quando o oráculo faz e molda, ele mesmo, as circunstâncias que previamente anuncia."[73]

A supremacia da história como *Geschichte*, que coincide, paradoxalmente, com sua capacidade de realização, oferece à nossa compreensão dois aspectos do mesmo fenômeno. Se o futuro da história moderna abre-se para o desconhecido e, ao mesmo tempo, torna-se planejável, então ele tem de ser planejado. A cada novo plano, introduz-se um novo elemento que não pode ser objeto da experiência. O aspecto arbitrário da história cresce paralelamente à sua capacidade de realização. Um sustenta a outra e vice-versa. Ambos compartilham da destruição do espaço tradicional da experiência, o qual, até então, parecia ser determinado a partir do passado.

Um dos resultados colaterais dessa revolução histórica foi o fato de que, a partir de então, também a escrita da história tornou-se menos falsificável do que manipulável. Quando a Restauração se instalou, proibiu, por decreto de 1818, aulas de história sobre o período entre 1789 e 1815.[74] Exatamente ao negar a Revolução e suas conseqüências, a Restauração parecia admitir tacitamente a impossibilidade de repetir os eventos passados. Mas a tentativa de superar a anistia [*Amnestie*] por meio de uma amnésia [*Amnesie*] foi em vão.

Sob tudo o que se disse até então, sob a singularização da história [*Geschichte*], sob seu processo de temporalização, sob sua inevitável supremacia e sob sua capacidade de produção anuncia-se uma transformação da experiência que domina a época moderna. A *Historie* foi destituída de seu objetivo de atuar imediatamente sobre a realidade. Desde então, a experiência parece ensinar justamente o contrário. Para um breve e despretensioso testemunho, chamemos o modesto e bem-avisado Perthes, que escreveu em 1823:

> Se cada partido governasse em seguida ao outro, tendo por tarefa organizar as instituições, então todos os partidos, por meio de uma história por eles mesmos fabricada, tornar-se-iam mais justos e mais sábios. A história produzida por outros raramente proporciona justeza e sabedoria políticas, uma vez que ela também tem que ser escrita e estudada. É isso que a experiência nos ensina.[75]

Com essa constatação, temos uma guinada dramática e completa no que se refere à capacidade de expressão de nosso *topos* — *historia magistra vitae*. Não se pode mais esperar conselho a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir. A frase de Perthes era moderna porque se despedia da velha *Historie*, sendo que o próprio Perthes, como editor, contribuiu bastante para isso. Os historiadores, que se ocupavam então de reconstruir o passado sob um ponto de vista crítico, assim como os progressistas, que estabeleciam conscientemente novos modelos no auge do movimento, estavam de acordo quanto ao fato de que não se poderia tirar mais nenhum proveito de uma *Historie* que instruía por meio de exemplos.

Isso nos leva a nosso último ponto, que contém uma interrogação. De que consiste o caráter comum da nova experiência, que até aqui foi determinada pelo processo de temporalização da história em sua singularidade? Quando Niebuhr anuncia, em 1829, suas conferências sobre os últimos quarenta anos, ele reluta chamá-las de "História da Revolução Francesa", pois, segundo ele, "a revolução é ela própria um produto da época (...). Não possuímos uma palavra para designar a época em geral e, por essa falta, tendemos chamá-la de a época da Revolução."[76] Sob essa insuficiência oculta-se o reconhecimento de que um tempo genuíno da história manifestava-se, acima de tudo, como algo diferenciado e passível de diferenciação. No entanto, a experiência necessária para que se possa diferenciar o tempo em si é a experiência da aceleração e do retardamento.

A aceleração, primeiramente compreendida como uma previsão apocalíptica do encurtamento da distância temporal que antecede a chegada do Juízo Final,[77] transformou-se, a partir da segunda metade do século XVIII, em um conceito histórico relacionado à esperança.[78] Mas, com os processos de disseminação da técnica e a Revolução Francesa, essa antecipação subjetiva de um futuro desejado — e que, por isso, deve ser acelerado — adquiriu, inesperadamente, um rígido teor de realidade. Em 1797, Chateaubriand, então como emigrante, esboça um paralelo

entre as velhas e as novas revoluções, a fim de promover, de maneira tradicional, a transição do passado para o futuro. Mas foi logo obrigado a reconhecer que aquilo que escrevia durante o dia era ultrapassado pelos acontecimentos da noite. A Revolução Francesa, desprovida de exemplos anteriores, parecia-lhe conduzir a um futuro incerto. Colocando-se a si mesmo em perspectiva histórica, Chateaubriand editou seu ultrapassado ensaio trinta anos depois, sem qualquer modificação, mas guarnecido de notas nas quais fazia prognósticos progressistas sobre a Constituição.[79] Desde 1789 constituiu-se um espaço de expectativa provido de pontos de fuga em perspectiva, o qual remete, ao mesmo tempo, às diferentes etapas da Revolução. Kant foi o primeiro a prever esse sistema moderno da experiência histórica, ao dotar as repetições das tentativas revolucionárias de um objetivo final temporalmente indefinido, mas com certeza finito. Segundo ele, a "instrução adquirida pela repetida experimentação" de princípios falhos aperfeiçoa os caminhos da revolução.[80] Desde então, os ensinamentos históricos entram novamente na vida política — se bem que pela porta dos fundos dos programas de ação legitimados pela filosofia da história. Citem-se aqui os primeiros mestres da aplicação revolucionária: Mazzini, Marx ou Proudhon. As categorias da aceleração e do retardamento, evidentes desde a Revolução Francesa, modificam, em ritmo variável, as relações entre passado e futuro, conforme o partido ou ponto de vista político. Aqui reside o caráter comum entre o progresso e o historicismo.

Sobre o pano de fundo da aceleração pode-se compreender mais facilmente também por que a escrita da história contemporânea, a "crônica do tempo presente" foi para segundo plano,[81] assim como por que a *Historie* renunciou sistematicamente a uma atualidade que se deixasse progressivamente modificar.[82] Em um mundo social no qual as alterações se dão com veemência, as dimensões temporais, nas quais até então a experiência se desenvolvera e se acumulara, deslocam uma a outra; o historicismo reagiu a isso — assim como a filosofia histórica do progresso — ao colocar-se em uma relação indireta com a história [*Geschichte*]. A escola histórica alemã, compreendendo-se como uma ciência que tem por objeto o passado, logrou elevar a história [*Geschichte*] à categoria de uma ciência da reflexão, fazendo uso pleno do duplo sentido da palavra "*Geschichte*". O caso isolado deixa de ter caráter político-didático.[83] Mas a história [*Geschichte*], como totalidade, coloca aquele que a apreende de maneira compreensiva em um "estado propício à formação" [*Zustand*

der Bildung] que deve influir no futuro. Como sublinha Savigny, a história "não é mais uma mera coleção de exemplos, mas sim o único caminho para o verdadeiro conhecimento de nossa própria situação".[84] Ou ainda, nas palavras de Mommsen, que procurou vencer o abismo entre passado e futuro: a história não é mais mestra que nos forneça uma arte política terapêutica, ela é "instrutiva" apenas na medida em que "pode conduzir e entusiasmar os ânimos em direção a uma recriação autônoma e independente".[85] Cada exemplo do passado, ainda que seja ensinado, chega sempre muito tarde. O historicismo é capaz de se relacionar com a *Geschichte* apenas de maneira indireta.[86] Em outras palavras: o historicismo dissocia-se de uma história que põe continuamente em xeque as condições de suas (dele) possibilidades como ciência histórica prática. A crise do historicismo coincide sempre com ele próprio, o que não o impede de sobreviver enquanto houver uma história [*Geschichte*].

Henry Adams foi o primeiro a tentar delimitar esse dilema de um ponto de vista metodológico, ao desenvolver uma teoria do movimento na qual progresso e história eram tematizados ao mesmo tempo, definindo um e outra por meio de investigações sobre as estruturas temporais históricas. Adams estabeleceu uma "lei da aceleração", como ele a chamava, por força da qual os critérios se alteravam continuamente, uma vez que a aproximação acelerada do futuro faria diminuir a distância em relação ao passado. A população aumentaria incessantemente, produzindo gerações sempre mais jovens, as velocidades geradas pela técnica aumentariam em progressão geométrica, se comparadas aos critérios anteriores, assim como o nível de produção da economia indicaria índices semelhantes, da mesma forma que a eficácia da ciência. Também a expectativa de vida da população elevar-se-ia, estendendo assim o intervalo existente entre mais e diferentes gerações. A partir desses exemplos e de outros semelhantes, que poderiam suceder-se infinitamente, Adams concluiu que nenhum ensinamento seria correto, com exceção daquele segundo o qual a única coisa que um professor de história poderia esperar, em lugar de instruções sobre como agir, seria, no máximo, instruções sobre como reagir: "*All the teacher could hope was to teach (the mind) reaction.*"[87]

Tradução de Wilma Patrícia Maas
Revisão de Marcos Valério Murad